

## Resenha

---

VITAL DA CUNHA, Christina; LOPES, Paulo Victor Leite; LUI, Janayna. **Religião e Política: Medos sociais, extremismo religioso e as eleições de 2014**. Rio de Janeiro: Instituto de Estudos da Religião: Fundação Heinrich Böll, 2017, 196 P.

Wallace Cabral Ribeiro<sup>1</sup>

O último censo demográfico do IBGE, de 2010, revelou um aumento gradativo de evangélicos. Em 1991, representavam 9% da população brasileira, em 2000, 15% e, atualmente, representam 22% da população. São mais de 42 milhões de evangélicos no Brasil, 22 milhões são pretos e pardos, 37 milhões vivem em contexto urbano, 25 milhões são pentecostais. O protestantismo cresce, enquanto o catolicismo decresce, e isso não é resultado de um processo de conversão em massa de católicos ao protestantismo, uma vez que os evangélicos estão entre os mais jovens e os católicos entre os mais velhos. A participação de evangélicos na política partidária também cresce, e a relação entre religião e política no Brasil está tomando novos contornos, a partir da inserção desses novos atores sociais.

A fim de compreender a dinamicidade dessa reconfiguração entre religião e política, que se encontra em decurso, o livro “Religião e Política: Medos sociais, extremismo religioso e as eleições de 2014” faz uma análise de três candidaturas, das eleições de 2014, entre elas, a do Pastor Everaldo, do Partido Social Cristão (PSC), a de Marcelo Crivella, do Partido Republicano Brasileiro (PRB), e a de Anthony Garotinho, do Partido da República (PR). O primeiro candidatou-se à presidência da República, enquanto o segundo e o terceiro

---

Resenha submetida em 23/09/2018. Aprovada em 23/09/2018.

<sup>1</sup> Mestrando do Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal Fluminense (PPGS-UFF), bacharel em Sociologia pela mesma instituição, editor da Revista Ensaio, membro do Núcleo de Estudo Friedrich Engels (NEFE) e do Núcleo de Estudos Cidadania, Trabalho e Arte (Nectar-UFF). E-mail: cabralwallaceribeiro@yahoo.com.br



concorreram ao governo do Estado do Rio de Janeiro. A candidatura de Everaldo é a mais explorada pelos autores, e a mais paradoxal por conta de seu caráter confessional. O livro é resultado de uma parceria entre o Instituto de Estudos da Religião (ISER) e a Fundação Heinrich Böll. Os pesquisadores que assinam esta obra são: Christina Vital da Cunha, Paulo Victor Leite Lopes e Janayna Lui.

A candidatura do Pastor Everaldo é ligada diretamente às igrejas evangélicas e possui um caráter acentuadamente confessional. A hipótese apresentada no livro é que “tal candidatura significaria um marco na relação dos evangélicos com a política” (VITAL DA CUNHA; LOPES; LUI, 2017, p. 11). Embora as candidaturas de Marcelo Crivella e Anthony Garotinho não se apresentassem como confessionais e, “inclusive, se fizesse esforço para evitar publicamente essa identidade, o elemento religioso foi central na disputa” (Op. cit., p. 12). Everaldo registrou sua candidatura no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) identificando-se como pastor; a preservação de sua identidade religiosa lhe serve como capital político. Everaldo é da Igreja Assembleia de Deus do ministério de Madureira. Ao lançar a candidatura de Everaldo, “o PSC visava se fortalecer junto ao eleitorado conservador, de um modo geral, e ao eleitorado evangélico, em particular” (VITAL DA CUNHA; LOPES; LUI, 2017, p. 18).

Marcelo Crivella é bispo da Igreja Universal e não se registrou como bispo nas eleições de 2014. Contudo, vale a pena lembrar que Crivella procura sempre deixar claro que é bispo, porém, licenciado. Foi missionário e atuou em alguns países do continente africano durante dez anos, gravou alguns discos gospel e publicou livros de natureza religiosa. Por mais que apresente uma candidatura laica, ou não confessional, possui uma forte identidade evangélica. Não obstante, esse é o substrato do principal ataque de seus adversários, que o acusam de ser candidato da Igreja Universal e de seu tio bispo Edir Macedo. Crivella procura esquivar-se dessas acusações alegando que irá “governar para todos”.

O candidato Anthony Garotinho já havia sido governador do Estado do Rio de Janeiro, de 1999 a 2003, e quem o sucedeu foi sua esposa Rosinha Garotinho, pois ele havia se candidatado à presidência da República pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB), ficando em terceiro lugar, como mais de 15 milhões de votos. Na gestão de sua esposa no governo estadual do Rio de Janeiro, assumiu a Secretária Estadual de Segurança. Garotinho converteu-se ao protestantismo em 1994, sendo batizado na Igreja Presbiteriana de Niterói.



O livro procura compreender através dessas três candidaturas a relação entre religião e política, uma vez que, nas eleições de 2014, “a presença de pastores era 40% maior do que nas eleições de 2010, [...] 270 candidatos se inscreveram como pastores contra 193 em 2010. As candidaturas confessionais católicas também aumentaram: o número de candidatos padres era 15% maior” (*Op. cit.*, p. 08). A relação entre essas duas configurações sociais (religião e política) pode ser percebida, inclusive, na votação do encaminhamento do pedido de *impeachment* de Dilma Rousseff na Câmara dos Deputados, em 2016: “durante os pronunciamentos, os crimes de responsabilidade fiscal que fundamentaram o encaminhamento do processo foram citados apenas 18 vezes; famílias e filhos (as), 270 vezes; e a palavra Deus, 75 vezes” (*Op. cit.*, p. 10).

Marilene de Paula, que assina a apresentação da obra, afirma que os autores conseguiram identificar entre os candidatos “um projeto liberal conservador que se utiliza da religião como ponte para angariar fiéis, poder e recursos dos mais variados tipos” (PAULA *apud* VITAL DA CUNHA; LOPES; LUI, 2017, p. 6). Na análise dessas candidaturas, os pesquisadores buscaram identificar e compreender as “diferentes estratégias de poder utilizadas nessas campanhas e discutir como elas visavam afetar a vida cotidiana de religiosos e não religiosos no Brasil” (VITAL DA CUNHA; LOPES; LUI, 2017, p. 12). Além disso, procura-se compreender uma série de outros fatores que se interligam às candidaturas: quais eram as alianças e o “perfil religioso-político-ideológico” dos aliados; quais os temas-chaves mobilizados e o núcleo central do conteúdo programático de governo desses candidatos; quem formava suas bases de apoio; qual foi o peso da mediação da atuação do deputado federal Marco Feliciano à frente da presidência da Comissão de Direitos Humanos (CDH) para a proposição do lançamento de uma candidatura confessional para a presidência da república na figura do Pastor Everaldo; qual o impacto que o PSC teve após esses dois eventos; e, por último, entender como era a composição da Frente Parlamentar Evangélica (FPE) no ano de 2015 (*Ibidem*).

Os acontecimentos das eleições de 2014, aos quais o livro se propõe a analisar, não se limitam ao período. A reconstituição do cenário político eleitoral que se configurou naquele momento nos fornece elementos que nos ajudam a pensar os eventos políticos que o sucederam, como, por exemplo, o *impeachment* de Dilma Rousseff, as derrotas do PT nas eleições municipais de 2016, a vitória de Crivella à prefeitura do Rio de Janeiro, o avanço das pautas liberais, a ascensão de Jair Bolsonaro como candidato à presidência em 2018. Essa



pesquisa também nos traz elementos para “refletir sobre como pensar os evangélicos hoje no Brasil, tanto na política quanto na sociedade; seu lugar como ator político, de ‘ovelhas’ a players; e o lugar relativo que a religião e a tradição ocupam no debate público” (*Op. cit.*, p. 13).

Analisar essas candidaturas tem como propósito atender às questões supramencionadas, uma vez que os candidatos são evangélicos e a dimensão religiosa se tornou, por diversas vias, um elemento central nas disputas eleitorais. Everaldo e Marcelo Crivella são ligados a igrejas pentecostais e Anthony Garotinho pertence a uma igreja histórica; os três defendem pautas conservadoras e se posicionam contra o aborto, a descriminalização das drogas e o casamento homoafetivo. Declaram-se a favor da “família tradicional”, da vida e dos valores cristãos.

O argumento da perda é um dos recursos mais empregados por aqueles que se ligam à tradição. A lógica da perda é a pedra de toque dos medos sociais. Os “medos sociais podem ser manipulados com o intuito de conter processos em curso ou de conduzi-los de modo que possam ser controlados” (*Op. cit.*, p. 112). É contra a perda do que está estabelecido na sociedade que diversos políticos e religiosos militam, e por isso se posicionam contra as “demandas pela ampliação e garantia de direitos de minorias políticas no Brasil e em outros países” (VITAL DA CUNHA; LOPES; LUI, 2017, p. 113). De acordo com os autores, “a tradição opera a partir de fatos sociais que geram conforto, porque possibilitam previsibilidade, condição fundamental para o estabelecimento da vida social, mas que também produzem coação e opressão” (*Op. cit.*, p. 112).

Apesar dos candidatos serem conservadores, suas trajetórias políticas revelam que já estiveram em campos diferentes do que se encontram hoje. Pastor Everaldo se apresentou como “um liberal conservador”, em entrevista afirmou: “eu sou um liberal do ponto de vista econômico, e conservador do ponto de vista da moral, da ética e dos bons costumes” (Pastor Everaldo *apud* VITAL DA CUNHA; LOPES; LUI, 2017, p. 60). Esse fato chama a atenção, uma vez que Everaldo foi o coordenador do programa social Cheque Cidadão na gestão de Garotinho ao governo do Rio de Janeiro. Além disso, já foi filiado ao PDT e em 1989 “foi o responsável por negociar o apoio de evangélicos à campanha presidencial de Brizola” e, a pedido do próprio Brizola, atuou “como articulador do apoio dos evangélicos ao então candidato Luiz Inácio Lula da Silva” (*Op. cit.*, p. 19).



Garotinho, inicialmente, era do Partido Comunista Brasileiro (PCB), ajudou a fundar o PT em sua cidade, Campos de Goytacazes, depois se filiou ao PDT e, em seguida, ao PSB. Elegeu-se governador em uma coalizão entre diversos partidos de esquerda (PT, PDT, PC do B). Antes de se filiar ao PR, passou ainda pelo PMDB (atual MDB).

O PRB, de Marcelo Crivella, foi da base aliada do PT, Crivella assumiu, inclusive, o Ministério da Pesca e Aquicultura no governo da Dilma Rousseff de 2012 a 2014. O PRB só deixou de apoiar o PT quando perceberam a falta de governabilidade e a inevitável saída de Dilma pelo *impeachment*. Nunca foi de esquerda ou progressista, mas esteve aliado ao PT, ajudando-o a aprovar projetos, e dando apoio político quando solicitado.

Apesar de os três personagens políticos se enveredarem pelos caminhos do conservadorismo e da tradição, os autores afirmam que os evangélicos são um grupo religioso bastante heterogêneo, que desenvolvem diferentes tipos de ações, a saber: ações extremistas, ações conservadoras e ações progressistas. De acordo com os autores, “a ação extremista se caracterizaria, portanto, por posicionamentos radicais, intolerantes e violentos em relação às diferenças” (*Op. cit.*, p. 117). As ações extremistas são protagonizadas por algumas lideranças evangélicas de grande exposição midiática em rádios e TVs e por políticos da Frente Parlamentar Evangélica. As ações conservadoras, por sua vez, são majoritárias entre os evangélicos, que, “de modo geral, resistem às mudanças e, muitas vezes, se omitem diante do extremismo. Nesses casos, podem não se sentir representados pelos políticos e líderes religiosos de comportamento extremista, mas não se manifestam publicamente contra essas posições” (VITAL DA CUNHA; LOPES; LUI, 2017, p. 119). As ações progressistas se caracterizam pela defesa das minorias, pela expansão dos direitos humanos e por uma crítica mais aguçada aos extremistas e conservadores, geralmente não contam com apoio de suas denominações e muitos se organizam em coletivos.

A obra se beneficiaria de uma melhor contextualização acerca da afinidade eletiva (no sentido weberiano) entre o liberalismo econômico e o conservadorismo dos costumes (liberalismo conservador), abarcando um número maior das múltiplas determinações envolvidas e a combinação específica de um conjunto de fatores que favoreceram a expansão dessas concepções, produzindo entre elas uma analogia estrutural, que as aproximou até a ocorrência de uma fusão e criação de uma nova configuração social, formando, assim, um espaço de confluência ativa (LÖWY, 1989) entre a atividade religiosa e a atividade política.



De acordo com os dados do IBGE, até o ano de 2040, os protestantes se tornarão maioria religiosa no Brasil; isso, de diversas maneiras, está contribuindo para uma nova configuração na relação entre o fenômeno religioso e o fenômeno político. A obra “Religião e Política”, por meio da análise de algumas candidaturas de políticos evangélicos nas eleições de 2014, fornece elementos para pensar a dinamicidade desse novo processo.

## Referência

IBGE. *Censo demográfico 2010: características gerais da população, religião e pessoas com deficiência*. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/94/cd\\_2010\\_religiao\\_deficiencia.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/94/cd_2010_religiao_deficiencia.pdf)>. Acesso em: 26 de agosto de 2018, às 16h30min.

LÖWY, Michael. *Redenção e Utopia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

